JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)

Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno
Caderno de Prova 'A01', Tipo 005	MODELO	TIPO-005

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO
0000000000000000	

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Ideais devem ser ditos apenas por aqueles fortes o bastante para cumpri-los.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.

  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, leia o texto abaixo.

Ouvi chuva durante toda a noite. Acordei antes do despertador tocar às 5h15, tamanha minha expectativa para conferir um dos maiores espetáculos naturais do mundo. Falo de uma lacuna no meu currículo de viajante: as Cataratas do Iguaçu. Assim como Fernando de Noronha, as famosas quedas d'água são uma atração que eu ainda não havia visitado.

Claro que a justificativa para isso nunca foi a falta de interesse, mas de oportunidade.

Na última segunda-feira, porém, eu estava otimista. Tinha uma premiação que eu iria conduzir à noite no próprio hotel do parque. E eu tinha a manhã de terça livre para me encantar com a força daquelas águas.

Infelizmente era justamente esse elemento que ameaçava atrapalhar meu programa. Mas lá pelas 7h, convencido de que o aguaceiro tinha se tornado apenas uma garoa, caminhei até a grande queda, o som estrondoso de milhões de metros cúbicos despencando por segundo silenciando as batidas ansiosas do meu coração e até mesmo os distantes trovões. Quando cheguei o mais próximo que podia, tive um baque. Sozinho na área, eu tinha toda a chance de me conectar com aquela maravilha, mas me perguntei: era isso mesmo que eu esperava encontrar?

As Cataratas do Iguaçu, assim como vários outros pontos turísticos fortes pelo mundo, nos trazem um incômodo do qual só me dei conta então: estamos tão acostumados a ver imagens deslumbrantes deles que quando estamos lá, cara a cara com a atração, parece que ela não tem mais nenhum encanto a nos oferecer. Ou tem? Chamei esse fenômeno de "anestesia turística".

No scroll *infinito de imagens hoje nas nossas telas, que impacto essas atrações ainda são capazes de nos provocar? Nenhum, pensei rápido. Pelo menos se seu único objetivo diante delas é tirar uma* selfie.

Ir pessoalmente a um lugar desses é muito mais do que fazer um registro para o Instagram. Fiz o meu, sim, não tenha dúvidas. Mas logo em seguida mergulhei naquilo que meus olhos estavam devorando.

Com eles eu não apenas enxergava, mas também ouvia, degustava e sentia quase o toque poderoso do fluido em movimento na minha pele. Quando fechei as pálpebras, todos esses sentidos, inclusive o da visão, ficaram mais fortes. Pronto: eu estava livre daquele estado anestésico. A chuva já havia voltado com força e eu nem tinha percebido. Olhei em volta e continuava sozinho. No entanto, estava pleno.

(Adaptado de: CAMARGO, Zeca. Disponível em: **www1.folha.uol.com.br**)

1. Observa-se o emprego da figura de linguagem conhecida como hipérbole no seguinte trecho:
   (A) *era isso mesmo que eu esperava encontrar?*
   (B) *No* scroll *infinito de imagens hoje nas nossas telas*
   (C) *A chuva já havia voltado com força e eu nem tinha percebido.*
   (D) *Infelizmente era justamente esse elemento que ameaçava atrapalhar meu programa.*
   (E) *Claro que a justificativa para isso nunca foi a falta de interesse, mas de oportunidade.*

2. Considerando o contexto e a correção gramatical, o termo sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
   (A) *A chuva já havia voltado com força e eu nem tinha percebido* (sequer)
   (B) *Pelo menos se seu único objetivo diante delas é tirar uma* selfie (Embora)
   (C) *No entanto, estava pleno* (Ademais)
   (D) *Na última segunda-feira, porém, eu estava otimista* (porquanto)
   (E) *quando estamos lá, cara a cara com a atração* (boquiaberto)

3. O *estado anestésico* mencionado pelo autor remete
   (A) à sensação de que uma atração turística já por muitas vezes vista digitalmente perde o poder de causar impacto a quem a se encontra, pessoalmente, diante dela.
   (B) à sensação de plenitude atingida quando, diante de um fenômeno da natureza, o homem citadino perde os parâmetros de comparação entre os fenômenos mentais e os naturais.
   (C) à forte emoção trazida pelas atrações históricas da humanidade, diante das quais se fica em estado contemplativo.
   (D) à perda do desejo de conhecer as principais atrações turísticas da atualidade, devido às excessivas fotografias divulgadas sobre elas nas mídias sociais.
   (E) ao cansaço excessivo causado pelo estresse cotidiano da vida moderna, que só se dissipa diante de certos fenômenos da natureza.

4. A palavra empregada em sentido conotativo, no contexto em que se encontra, está sublinhada em:
   (A) *as famosas quedas d'água são uma atração que eu ainda não havia visitado.*
   (B) *No* scroll *infinito de imagens hoje nas nossas telas, que impacto essas atrações ainda são capazes de nos provocar?*
   (C) *Quando cheguei o mais próximo que podia, tive um baque.*
   (D) *Quando fechei as pálpebras, todos esses sentidos, inclusive o da visão, ficaram mais fortes.*
   (E) *E eu tinha a manhã de terça livre para me encantar com a força daquelas águas.*

5. O comentário a respeito do assunto do texto escrito com correção gramatical e lógica está em:

(A) Com a propagação excessiva de imagens, é preciso fazer um esforço para se deixar impactar quando se está diante de uma atração já vista virtualmente inúmeras vezes.

(B) De um lado, encontra-se aqueles para os quais a tecnologia permite o acesso visual as grandes atrações turísticas da humanidade; de outro, estão os que gostariam de serem expostos a elas apenas ao vivo e em cores.

(C) Os que defendem que a propagação excessiva de imagens adormecem os sentidos, propõem que nos afastemos do ímpeto de postar fotos indiscriminadamente.

(D) Para aqueles que já viram uma atração turística inúmeras vezes pela internet, podem se tornar decepcionante o contato com a mesma na vida real.

(E) As grandes atrações turísticas com à qual se depara na modernidade servem muitas vezes apenas como pano de fundo de uma foto a ser publicada nas redes sociais.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, leia o texto abaixo.

Numa manhã, Donana acordou me chamando de Carmelita, dizendo que iria dar um jeito em tudo, que eu não me preocupasse, que não precisaria mais viajar. Àquela época eu tinha doze anos e Belonísia se aproximava dos onze. Vi Donana nas manhãs seguintes chamar Belonísia de Carmelita também. Minha irmã apenas ria da confusão. Olhávamos uma para a outra e nos deixávamos caçoar pela desordem que se instaurou nos falares de Donana. Em seus pensamentos, Fusco havia se tornado uma onça, pedia para que tivéssemos cuidado. Nos convidava a caminhar pelas veredas por onde iríamos buscar meu pai que, haviam dito, estava dormindo aos pés de um jatobá ao lado da onça mansa que o cão havia se tornado. Sabíamos que nosso pai estava na roça, trabalhando todos os dias, então as coisas que minha avó falava não faziam sentido. Mesmo assim, minha mãe pedia que a acompanhássemos, que vigiássemos para que não lhe sucedesse nenhum acidente ou se perdesse em meio à mata.

(Adaptado de: VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo, Cia. das Letras, 2019)

6. *Vi Donana nas manhãs seguintes chamar Belonísia de Carmelita também.*

Transpondo a frase acima para a voz passiva, o verbo "chamar" deverá assumir a seguinte forma:

(A) tinha chamado.
(B) fora chamada.
(C) ser chamada.
(D) foi chamado.
(E) era chamada.

---

7. *Mesmo assim, minha mãe pedia que a acompanhássemos*

No contexto em que se encontra, o elemento sublinhado expressa ideia de:

(A) temporalidade.
(B) causa.
(C) comparação.
(D) condição.
(E) concessão.

---

8. A respeito do trecho acima, atente para as afirmações I, II e III.

I. A narradora, ela também uma personagem, observa, do seu ponto de vista, qual seja, o de uma menina de 12 anos, o processo de perda cognitiva da personagem Donana.

II. A narradora reprova a atitude de Belonísia, que debochava da confusão mental de Donana.

III. A narradora conclui, com ironia, que a mãe tinha o hábito de pedir às filhas que seguissem o pai para não perdê-lo de vista durante o turno de trabalho na roça.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.
(B) I, II e III.
(C) II e III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I, apenas.

---

9. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:

(A) *estava dormindo aos pés de um jatobá ao lado da onça mansa que o cão havia se tornado*
(B) *Sabíamos que nosso pai estava na roça, trabalhando todos os dias*
(C) *Mesmo assim, minha mãe pedia que a acompanhássemos*
(D) *então as coisas que minha avó falava não faziam sentido*
(E) *Olhávamos uma para a outra*

10. A expressão sublinhada deve sua flexão ao verbo em negrito em:

(A) *Àquela época eu **tinha** doze anos e Belonísia se aproximava dos onze.*

(B) *então as coisas que minha avó falava não **faziam** sentido.*

(C) *Olhávamos uma para a outra e nos **deixávamos** caçoar pela desordem que se instaurou nos falares de Donana.*

(D) *Numa manhã, Donana acordou me chamando de Carmelita, dizendo que **iria** dar um jeito em tudo.*

(E) *Em seus pensamentos, Fusco havia se tornado uma onça, **pedia** para que tivéssemos cuidado.*

11. Entre os mecanismos de coesão recomendados pelo **Manual de Redação da Presidência da República**, está a elipse, que "consiste na omissão de um termo recuperável pelo contexto". Assim, o trecho redigido com correção e que apresenta a elipse de um verbo como mecanismo de coesão está em:

(A) Foi proposto, pelo chefe do Poder Executivo federal, a redução das alíquotas.

(B) O Embaixador compareceu à reunião; em seguida, assinalou seu interesse pelo assunto.

(C) O decreto regulamenta os casos gerais; a portaria, os particulares.

(D) O software disponibiliza informações cadastrais, tais como, dados quantitativos de tempo de entrada e conclusão de tarefas.

(E) Para efeito de credenciamento, solicita-se que se indique os servidores que pretendem comparecer ao evento.

Noções sobre o Direito das Pessoas com Deficiência

12. Considere as seguintes assertivas:

I. O direito à prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, será reconhecido à pessoa com deficiência beneficiária apenas uma vez.

II. Caso não haja pessoa com deficiência interessada nas unidades habitacionais narradas no item anterior, as unidades não utilizadas não poderão ser disponibilizadas às demais pessoas, devendo manter-se reservadas às pessoas com deficiência.

III. Deverá ser reservado, no mínimo, 3% das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.

IV. Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observados determinados requisitos legais. Acerca do tema, está correto o que consta APENAS de

(A) I, III e IV.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II e IV.

(E) II, III e IV.

13. De acordo com a Resolução nº 401/2021, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, o instituto concernente às modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, denomina-se

(A) rota acessível.

(B) tecnologia assistiva.

(C) adaptação razoável.

(D) desenho universal.

(E) barreira atitudinal.

Noções de Sustentabilidade

14. Contratações compartilhadas consistem na aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, consideram a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala, visando fomentar a produção e o consumo sustentáveis no país. Para os fins da Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, as contratações compartilhadas são realizadas

(A) entre unidades de uma mesma organização pública ou privada, exclusivamente.

(B) por organizações públicas ou privadas de diferentes setores, não sendo possível a realização de contratações compartilhadas entre unidades de uma mesma organização, seja ela pública ou privada.

(C) por organizações públicas de diferentes setores, exclusivamente.

(D) por organizações públicas de diferentes setores ou entre unidades de uma mesma organização pública.

(E) entre unidades da mesma organização pública, exclusivamente.

15. Nos termos da Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, a unidade de sustentabilidade

(A) tem, dentre outras competências, a de subsidiar a administração com informações que auxiliem a tomada de decisão sob o aspecto social, ambiental, econômico e cultural.

(B) deve, obrigatoriamente, ser subordinada diretamente à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário.

(C) não é responsável por monitorar metas do Plano de Logística Sustentável (PLS), pois tal competência pertence às unidades gestoras responsáveis pela execução do Plano de Logística Sustentável.

(D) deverá observar a lotação mínima de 3 (três) servidores(as) nos tribunais que possuam menos de 5.000 servidores do quadro de pessoal.

(E) deve ter caráter provisório, pois avalia os indicadores de desempenho anualmente.

Código de Ética e Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região

16. Conforme preceitua o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, tratando-se de matéria judiciária, o Presidente do Tribunal

(A) somente votará em caso de empate, exceto quando compuser o quórum mínimo, cabendo, neste caso, o voto de qualidade.

(B) sempre votará, sendo que, em tais matérias, proferirá seu voto em primeiro lugar.

(C) somente votará em caso de empate, não se admitindo qualquer outra hipótese que autorize sua votação sobre tal matéria.

(D) nunca votará.

(E) somente votará em caso de empate, exceto quando compuser o quórum mínimo, não cabendo, neste caso, o voto de qualidade.

17. Em caso hipotético, João, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, foi nomeado para integrar a Comissão de Ética do referido Tribunal. Sobre o tema, segundo as disposições da Resolução Administrativa nº 23/2021 (Código de Ética do TRT 21ª Região),

(A) o mandato dos membros da Comissão será de dois anos, vedada a recondução.

(B) os integrantes da Comissão desempenharão suas atribuições com exclusividade, ficando afastados do exercício de seus respectivos cargos.

(C) haverá remuneração pelos trabalhos desenvolvidos na Comissão de Ética, os quais serão considerados prestação de relevante serviço público, bem como constarão na ficha funcional do servidor.

(D) nenhum dos membros da Comissão de Ética pode ter sofrido punição administrativa ou penal.

(E) além de João, a Comissão será composta por mais três membros e respectivos suplentes, todos servidores efetivos e estáveis.

Noções de Google Workspace

18. Considere as ferramentas Agenda e Google Drive do Google Workspace, em português e em condições ideais, usadas em computador pessoal.

(A) Para ver os itens que consomem armazenamento no Google Drive, deve-se acessar `Configurações` e escolher `Gerenciar Apps`.

(B) Na configuração de um `Evento`, na seção `Convidados` da agenda do Google é permitido a um convidado convidar outras pessoas.

(C) Para ver os itens que consomem armazenamento no Google Drive deve-se acessar `Configurações` e escolher `Gerenciar Conteúdo`.

(D) A seção `Convidados` da agenda do Google impede, automaticamente, que um convidado modifique um evento.

(E) A seção `Convidados` da agenda do Google impede, automaticamente, que um convidado veja a lista de convidados.

19. Um dos caminhos que permite a alteração da senha no Gmail não corporativo, em português, em condições ideais e usando um computador pessoal é

(A) Complementos >> Contas >> Segurança >> Alterar senha.
(B) Geral >> Configuração de Contas >> Mudar senha.
(C) Geral >> Contas >> Senhas alterar.
(D) Configurações >> Geral >> Mudar senha.
(E) Configurações >> Contas e Importação >> Alterar senha.

Dado:
O símbolo >> indica tão somente o sentido do caminho a percorrer.

20. Usando as `Configurações` do Google Drive em português e em condições ideais, via computador pessoal, é possível

(A) mostrar arquivos sugeridos na seção Google Interface, na opção `Notificações`.
(B) controlar quanta informação é apresentada na tela (densidade), na opção `Gerenciar`.
(C) receber atualizações sobre os itens do Google Drive no seu *desktop*, na opção `Geral`.
(D) converter *uploads* no formato dos editores de arquivo do Google, na opção `Geral`.
(E) gerenciar aplicativos conectados ao Google Drive, na opção `Notificações`.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo e Administração Pública

21. Determinado profissional liberal firmou um contrato com empresa pública para prestação de serviços de consultoria, sendo, que, posteriormente, restou evidenciado tratar-se de simulação de prestação de serviços e pagamento de propina a agentes públicos, ensejando, também, vantagem pecuniária para os diretores da empresa pública. De acordo com as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021),

(A) todos os agentes públicos que participaram do processo de contratação poderão ser responsabilizados por ato de improbidade, independentemente de comprovação de dolo, desde que verificada correlação entre a conduta comissiva ou omissiva e o prejuízo sofrido pela Administração.

(B) a caracterização das condutas como ato de improbidade demanda a comprovação de prejuízo à Administração e enriquecimento ilícito do agente, aliada a dolo ou culpa grave e somente alcança agentes públicos e particulares a esses equiparados na forma da lei.

(C) desde que evidenciado o dolo dos agentes, caracterizado pela vontade livre e consciente de obter o resultado ilícito, os diretores da empresa pública responderão por ato de improbidade, assim como os particulares que tenham induzido ou concorrido dolosamente.

(D) não obstante a patente ilicitude da conduta, os agentes mencionados não estão sujeitos à Lei de Improbidade, na medida em que a mesma aplica-se em relação a ilícitos perpetrados apenas em face de pessoas jurídicas de direito público.

(E) apenas os diretores da empresa pública e outros agentes públicos que tenham se beneficiado da conduta ilícita estarão sujeitos à penalização por ato de improbidade, sendo os agentes privados responsabilizados na forma da legislação penal e civil.

---

22. Considere que a Administração pretenda invalidar ato administrativo que concedeu benefício a particular, por ter identificado equívoco nos fatos consignados no reconhecimento do pedido. De acordo com o procedimento estabelecido na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo,

(A) deverá anular o ato, independentemente do tempo decorrido desde sua prática, salvo se o mesmo não produzir efeitos pecuniários.

(B) deverá proceder à anulação do ato, decaindo de tal direito caso decorridos mais de 5 anos de sua prática, salvo comprovada má-fé.

(C) somente estará impedida de convalidar o ato se identificada má-fé do beneficiário e, havendo indícios de tal circunstância, deverá instaurar procedimento para a revogação com direito ao contraditório.

(D) poderá revogar o ato ou convalidá-lo, ponderando eventuais razões de conveniência e oportunidade para sua manutenção.

(E) deverá recorrer à via judicial, caso se trate de ato vinculado, somente sendo passíveis de autotutela os atos de natureza discricionária.

---

23. Considere que no curso da execução de um contrato administrativo para construção de um viaduto, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração contratante tenha identificado a necessidade de alterar o método construtivo em relação àquele previsto no projeto básico disponibilizado juntamente com o edital da licitação. Ocorre que a alteração da metodologia ensejará custos adicionais, não previstos no momento da formulação das propostas e não cobertos pelo contrato assinado. Diante de tal situação, a Administração

(A) poderá alterar unilateralmente o contrato, desde que os custos decorrentes da alteração da metodologia não ultrapassem 50% do valor original do contrato, devidamente atualizado, ou mediante acordo com o contratado.

(B) poderá alterar o contrato para adequação da metodologia de execução, prescindindo da concordância do contratado, porém vedada qualquer medida que importe majoração do valor originalmente contratado a título de reequilíbrio econômico financeiro.

(C) deverá rescindir o contrato e promover a subsequente adequação do projeto básico e objeto, realizando nova licitação, já que se afigura vedada a alteração da forma de execução de contrato já licitado e assinado.

(D) possui a prerrogativa de alterar unilateralmente o contrato, promovendo o reequilíbrio da equação econômico-financeira e, caso identificada falha de projeto, tem o dever de proceder à apuração de responsabilidades e adotar medidas para o ressarcimento dos custos suportados.

(E) somente poderá alterar o objeto do contrato firmado para adequação do projeto e da metodologia de execução se contar com a concordância do contratado, mediante aditamento contratual com a necessária recomposição dos custos unitários.

24. Suponha que a Administração pretenda adquirir computadores e impressoras para substituir tais itens em vários órgãos públicos. Contudo, considerando que alguns dos órgãos passam por reformas e não dispõem de local com segurança adequada para estocar os equipamentos, surgiu dúvida de como proceder à aquisição de forma mais eficiente e econômica. Além disso, estando já no final do ano, praticamente não há recursos orçamentários disponíveis. Nesse cenário, cogita-se utilizar sistema de registro de preços,

(A) o que não soluciona totalmente o problema, eis que, embora permita compras futuras, a preço fixado no momento do registro, demanda a reserva de dotação orçamentária no ato de adesão.

(B) tendo em vista que permite obter descontos em itens padronizados, porém pode não ser a melhor solução, pois pressupõe a aquisição em até 90 dias da ata de registro de preços.

(C) eis que a adesão ao sistema garante a aquisição imediata do bem, diferindo o correspondente pagamento, bem como a entrega, pelo prazo 1 ano, prorrogável uma única vez.

(D) contudo a opção afigura-se inadequada, eis que o sistema de registro de preços vincula os órgãos que aderirem, tornando a aquisição obrigatória no prazo de até 1 ano.

(E) dado que viabiliza compras futuras com economia de escala e sem necessidade de reserva de dotação orçamentária, que somente é requerida no momento da aquisição.

---

25. Considere que a Administração pública estadual pretenda implementar um processo de reorganização, objetivando aumentar a eficiência na execução de determinadas atividades e prestação de serviços, a partir da especialização, e mediante desconcentração e descentralização. Nesse contexto, afigura-se juridicamente viável, entre outras possíveis alternativas,

(A) a descentralização dessas atividades com atribuição das mesmas a autarquias, criadas por lei, e empresas públicas, mediante prévia autorização legislativa, sendo apenas as autarquias pessoas jurídicas de direito público.

(B) a desconcentração de atividades mediante a instituição de entidades dotadas de personalidade jurídica privada, tais como autarquias, mediante prévia autorização legislativa.

(C) extinção de órgãos e de cargos vagos, o que pode ser feito independentemente de lei, e transformação de autarquias em empresas públicas, na forma autorizada por lei.

(D) instituição de sociedades de economia mista, o que demanda prévia autorização legislativa, e extinção de autarquias e órgãos públicos, que prescinde de lei, podendo ser efetivada por decreto do Chefe do Executivo.

(E) criação de fundações e empresas públicas, ambas pessoas jurídicas de direito público, sujeitas aos princípios reitores da Administração.

Noções de Orçamento Público

26. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 101/2000, a respeito das diretrizes sobre o planejamento:

(A) O Anexo de Metas Fiscais, que integrará o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conterá demonstrativo de estimativa e compensação da renúncia de receita.

(B) O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá reserva de contingência.

(C) A Lei Orçamentária Anual tem o condão de dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

(D) O Anexo de Riscos Fiscais, que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deve estabelecer as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.

(E) As normas relativas ao controle de custos e avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos comporão o texto do Plano Plurianual.

---

27. A Lei Federal nº 4.320/1964 prevê, em relação às despesas públicas, que:

(A) A aquisição de uma máquina industrial que estava sendo utilizada por uma empresa têxtil, sem fins lucrativos, é uma despesa de capital classificada como investimento.

(B) Caso, por determinação judicial, uma Prefeitura Municipal necessite construir uma escola municipal para atender demanda reprimida de vagas em creche, que, segundo alega a Prefeitura, elevará o gasto corrente municipal com salários, a despesa decorrente dessa construção será uma despesa de capital classificada como investimento.

(C) A construção de um imóvel novo é uma despesa de capital classificada como inversão financeira.

(D) As despesas públicas incorridas para atender a obras de conservação de um imóvel público não devem ser consideradas como despesas de custeio, mas, sim, de capital, tendo em vista que devem ser consideradas junto ao custo do bem imóvel conservado.

(E) A aquisição de títulos representativos de capital de uma empresa que não seja do ramo comercial ou financeiro, por parte de um Ente Público, importando um aumento de capital, caracteriza-se como uma despesa de capital classificada como inversão financeira.

28. Analise as assertivas abaixo:

I. A transparência da gestão fiscal será assegurada, também, pelo incentivo da participação popular nos processos de elaboração dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

II. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

III. Acompanhará o Relatório Resumido da Execução Orçamentária comparativo de limites de concessão de garantias.

Está correto o que se afirma em

(A) II e III, apenas.
(B) III, apenas.
(C) I, II e III.
(D) I e II, apenas.
(E) II, apenas.

29. Com base nas disposições sobre orçamento contidas na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar:

(A) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual devem indicar os recursos necessários para atendê-las, não sendo permitida a indicação de recursos provenientes de transferências tributárias constitucionais para Estados.
(B) É permitido inserir no projeto de lei orçamentária autorização para contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.
(C) O demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as despesas e receitas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia deve acompanhar o projeto de lei orçamentária.
(D) A lei de diretrizes orçamentárias possui, como uma de suas funções, dispor sobre as alterações na legislação tributária.
(E) Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

30. Acerca dos princípios orçamentários:

(A) Por conta do princípio da não afetação das receitas, é proibida a vinculação das receitas decorrentes de taxas.
(B) É plenamente possível, com base no princípio do orçamento bruto, que despesas financeiras recorrentes de um Ente Público sejam deduzidas de seu orçamento global.
(C) O princípio da unidade, em conjunto com o princípio da totalidade, é o que permite entender que, mesmo com a existência dos orçamentos fiscal, de investimentos e da seguridade social, a unidade orçamentária é respeitada.
(D) O princípio da exclusividade determina que o orçamento anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa. Sendo assim, o projeto da Lei Orçamentária Anual não pode prever autorização para contratação de operações de crédito.
(E) Sob motivos de segurança nacional, algumas despesas destinadas à manutenção das forças policiais podem ser omitidas do orçamento anual, não afrontando, portanto, os princípios da universalidade e publicidade.

Noções de Direito Constitucional

Atenção: Para responder às questões de números 31 a 35, considere a Constituição Federal de 1988.

31. Abel faleceu logo após sua condenação definitiva por crime por ele praticado que implica a obrigação de reparar danos a Euclides. Euclides, então, pretende receber de Carlos, único sucessor de Abel, o valor desses danos. Essa obrigação

(A) não poderá ser estendida a Carlos, ainda que limitada ao valor do patrimônio transferido, pois a execução contra sucessores somente é possível nos casos de decretação do perdimento de bens.
(B) poderá, nos termos da lei, ser estendida a Carlos e contra ele executada, sendo possível ultrapassar, no limite de até três salários mínimos, o valor do patrimônio transferido.
(C) poderá, nos termos da lei, ser estendida a Carlos e contra ele executada, podendo ultrapassar o valor do patrimônio transferido até atingir o valor total da dívida.
(D) não poderá ser estendida a Carlos, pois nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
(E) poderá, nos termos da lei, ser estendida a Carlos e contra ele executada até o limite do valor do patrimônio transferido.

32. Considerando apenas as informações aqui fornecidas, a mulher, sem filhos, maior de dezoito anos, não gestante, trabalhadora urbana,

(A) não poderá realizar trabalho no período noturno, mas poderá exercer atividade insalubre, desde que receba adicional de remuneração para esse tipo de atividade, na forma da lei.
(B) poderá realizar trabalho no período noturno, devendo a sua remuneração ser superior à do diurno, além de poder exercer atividade insalubre, devendo, neste caso, receber adicional de remuneração para esse tipo de atividade, na forma da lei.
(C) poderá realizar trabalho no período noturno, sendo, neste caso, sua remuneração igual à do diurno, além de poder exercer atividade insalubre, devendo receber adicional de remuneração para esse tipo de atividade, na forma da lei.
(D) não poderá realizar trabalho no período noturno nem exercer atividade insalubre, tendo em vista as normas de proteção à saúde da mulher.
(E) poderá realizar trabalho no período noturno, devendo a sua remuneração ser superior à do diurno, mas não poderá exercer atividade insalubre.

33. Com relação à ordem econômica e financeira é correto afirmar:

(A) o Estado é o agente normativo e regulador da atividade econômica, exercendo as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.

(B) é vedado tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, dada a igualdade entre brasileiros e estrangeiros.

(C) a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

(D) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado será permitida apenas quando necessária aos imperativos da segurança nacional.

(E) deve ser observado, dentre outros, o princípio da defesa do meio ambiente, não podendo, entretanto, haver tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

34. Hans nasceu no Brasil enquanto seus pais aqui estavam a serviço do seu país de origem, qual seja, a Alemanha. Tendo estudado em território nacional brasileiro e sendo bastante popular aqui, deseja seguir a carreira política e, eleito Deputado Federal, tornar-se Presidente da Câmara dos Deputados. Tendo em vista apenas as informações fornecidas, com relação à possibilidade de Hans ocupar o cargo que almeja de Presidente da Câmara dos Deputados, é correto afirmar:

(A) poderá ocupá-lo, pois se trata de cargo que pode ser preenchido por brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil.

(B) não poderá ocupá-lo, pois o cargo somente pode ser preenchido por brasileiros natos, naturalizados ou estrangeiros provenientes de países que tenham como idioma oficial a língua portuguesa.

(C) poderá ocupá-lo, por ser brasileiro nato, uma vez que nasceu no Brasil.

(D) não poderá ocupá-lo, pois se trata de cargo privativo de brasileiro nato.

(E) poderá ocupá-lo apenas se se naturalizar brasileiro.

35. A seguridade social

(A) compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

(B) será financiada, entre outros, mediante recursos provenientes da contribuição social do empregador incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, desde que tenha vínculo empregatício.

(C) tem como um de seus objetivos o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com a participação exclusivamente dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos monocráticos.

(D) é organizada pelo Poder Público com base nos objetivos da irredutibilidade do valor dos benefícios e da não equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, dentre outros.

(E) será financiada por toda a sociedade, apenas de forma indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes exclusivamente dos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Noções de Direito do Trabalho

36. Com o advento da Lei nº 13.467/2017 a reparação de danos de natureza extrapatrimonial (danos morais) decorrentes da relação de trabalho passou a ser regulada expressamente. Desta forma, e após as discussões perante o STF sobre a constitucionalidade de alguns dispositivos legais sobre o tema,

(A) a imagem, a marca, o nome, o segredo empresarial e o sigilo da correspondência, embora sejam bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica, não são passíveis de reparação por danos extrapatrimoniais, mas, em caso de ato lesivo aos mesmos, apenas por danos materiais.

(B) para o arbitramento judicial do dano extrapatrimonial em valores superiores aos limites máximos previstos pelo legislador, devem ser consideradas as circunstâncias do caso concreto e os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da igualdade.

(C) os critérios de quantificação de reparação por dano extrapatrimonial estabelecidos pelo legislador deverão ser observados pelo julgador e devem constar da fundamentação da decisão, sendo vedado o arbitramento judicial do dano em valores superiores aos limites máximos previstos em lei.

(D) a reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo, mas a composição das perdas e danos, assim compreendidos os lucros cessantes e os danos emergentes, interferirá na avaliação dos danos extrapatrimoniais.

(E) a ofensa à esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica gera exclusivamente às mesmas o direito à reparação, sendo vedado pedido de reparação por dano moral indireto ou dano em ricochete no âmbito das relações de trabalho.

37. O repouso semanal remunerado, assim considerado o período de 24 horas consecutivas de descanso, a cada semana, em que o empregado deixa de prestar serviços ao empregador, preferencialmente aos domingos, mas recebe a respectiva remuneração, tem regulamentação legal ampla, abrangendo diversos aspectos sobre sua concessão e remuneração, entre as quais a de que

(A) a redução da duração do repouso semanal pode ser objeto de negociação coletiva, constituindo, porém, objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho a sua supressão.

(B) para os empregados que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, a remuneração correspondente ao repouso semanal equivale à de um dia de serviço, não computadas, porém, as horas extraordinárias, ainda que habitualmente prestadas.

(C) excepcionalmente admite-se o trabalho em dia de repouso, quando ocorrer motivo de força maior ou quando, para atender à realização ou à conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, a empresa obtiver autorização prévia da autoridade competente em matéria de trabalho, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não poderá exceder a 60 dias.

(D) a autorização excepcional para o trabalho em dia de repouso, concedida pela autoridade competente, não indica os tipos de atividades que podem ser executadas, mas não pode haver desvio de função dos empregados no período.

(E) o trabalho aos domingos é autorizado nas atividades do comércio em geral, observada a legislação de cada município, mas o repouso semanal deverá coincidir com o domingo pelo menos uma vez a cada sete semanas.

38. Considerando que o Direito do Trabalho é um ramo jurídico autônomo, evidente que possui princípios próprios diferentes dos que inspiram os outros ramos da ciência jurídica. Nesse contexto, sobre os princípios do Direito do Trabalho,

(A) o princípio protetor abrange três facetas distintas: boa fé objetiva, primazia da realidade e irrenunciabilidade, todas integrando o conceito amplo de proteção ao trabalhador e não sendo aplicáveis ao empregador.

(B) o princípio da irrenunciabilidade decorre do *pacta sunt servanda* e visa dar segurança jurídica contratual, impedindo renúncia de direitos e de garantias decorrentes do contrato de trabalho por qualquer das partes.

(C) a regra da norma mais favorável, decorrente do princípio protetor, tem aplicação ampla e geral no âmbito do Direito do Trabalho, não havendo exceções admitidas em relação à mesma.

(D) o princípio da primazia da realidade deve ser aplicado a ambas as partes do contrato de trabalho, e não apenas aos trabalhadores.

(E) o princípio da continuidade da relação de emprego impõe que se busque a conservação da fonte de trabalho, visando a manutenção do sustento do trabalhador e da sua família, sendo fundamento para a vedação das rescisões imotivadas do contrato de trabalho.

39. A natureza imperativa das normas sobre férias faz com que o direito a elas seja irrenunciável pelo empregado. A indisponibilidade do direito tem como objetivo garantir o repouso do empregado durante o período respectivo. Nesse contexto, o empregado

(A) não poderá converter o período de férias em pecúnia, ainda que parcialmente, exceto se tiver sido contratado sob regime de tempo parcial.

(B) tem a faculdade de converter, excepcionalmente, 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor correspondente aos dias trabalhados.

(C) não poderá, durante as férias, prestar serviços a outro empregador, ainda que a este esteja vinculado por contrato de trabalho regularmente mantido.

(D) poderá ter direito a um período de férias menor do que 30 dias, desde que haja previsão expressa nesse sentido em convenção coletiva de trabalho.

(E) deverá gozar as férias anualmente, salvo se prevista periodicidade distinta em convenção coletiva de trabalho.

40. O direito ao recebimento de adicional de remuneração por trabalho em atividades insalubres ou perigosas decorre de garantia constitucional. No entanto, a incidência do pagamento, o valor e os critérios de fixação do adicional são temas que geram discussões e divergências. Assim, considerando as disposições legais aplicáveis e o entendimento da jurisprudência do TST,

(A) não é devido o adicional de insalubridade para os trabalhadores que realizam limpeza em residências e escritórios, mas é devido, em grau máximo, em caso de higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo.

(B) a exposição do empregado a radiação ionizante ou a substância radioativa não enseja a percepção do adicional de periculosidade, pois o legislador não indica tal situação no rol de atividades perigosas, não podendo regulamentação do Ministério do Trabalho se sobrepor à lei.

(C) o recebimento do adicional de insalubridade por mais de dois anos gera direito adquirido à sua percepção, sendo que, mesmo no caso de reclassificação ou de descaracterização da insalubridade por ato da autoridade competente, o mesmo não pode deixar de ser pago, sob pena de ofensa ao direito adquirido e ao princípio da irredutibilidade salarial.

(D) a prova técnica pericial é requisito essencial para apuração da existência de condições perigosas de trabalho a ensejar o recebimento do respectivo adicional, não podendo ser dispensada ainda que a empresa, por liberalidade, pague algum valor a esse título, de forma integral ou proporcional, em percentual equivalente ou inferior ao máximo legalmente previsto.

(E) as condições insalubres de trabalho dependem de reconhecimento em perícia técnica, sendo devido o respectivo adicional em caso de constatação de sua existência, independentemente de indicação da atividade como insalubre em classificação do Ministério do Trabalho.

Noções de Direito Processual do Trabalho

41. No processo do trabalho, a apresentação de embargos à execução e a apresentação de impugnação à sentença de liquidação

(A) restringem-se, em termos de matéria de defesa, à impugnação dos cálculos homologados pela sentença de liquidação.

(B) meramente protelatórios caracterizam conduta atentatória à dignidade da justiça.

(C) dependem da garantia do juízo ou da penhora de bens, exceto para as entidades filantrópicas e/ou para aqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

(D) devem ser feitas no prazo de 5 dias, contado a partir da juntada do mandado de penhora nos autos.

(E) devem ser feitas no prazo de 8 dias, contado da garantia da execução ou da penhora de bens.

42. O Tribunal Superior do Trabalho, com sede na Capital da República e jurisdição sobre todo o território nacional, é a instância suprema da Justiça do Trabalho. Em relação à sua composição e ao seu funcionamento, a Constituição Federal prevê que:

(A) dentre os 27 Ministros que o compõem, excluídos os oriundos da advocacia e do Ministério Público do Trabalho, os demais são escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura de carreira, indicados pelos Presidentes dos respectivos Tribunais Regionais.

(B) funcionando junto a ele, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho e ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho cabe o exercício conjunto da supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho.

(C) funcionarão junto a ele a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

(D) o mesmo compõe-se de 27 Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(E) dentre os 27 Ministros que o compõem, um quinto é de advogados com mais de 15 anos de efetiva atividade profissional e um quinto é de membros do Ministério público do Trabalho com mais de 15 anos de efetivo exercício.

43. Desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, as diversas alterações introduzidas pela mesma no art. 114 da Constituição Federal em relação à competência material da Justiça do Trabalho têm sido objeto de discussão, tendo o Supremo Tribunal Federal, entre outros, adotado o entendimento de que

(A) compete à Justiça Comum o julgamento de processos envolvendo relação jurídica entre representante e representada comerciais, uma vez que a relação entre as partes é meramente mercantil, não havendo relação de trabalho.

(B) em razão de tratar-se de relação de trabalho, compete à Justiça do Trabalho o julgamento de ações de cobrança de honorários promovidas por profissionais liberais.

(C) a Justiça Comum, em decorrência da natureza do litígio, é competente para processar e julgar ação possessória, ainda que ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

(D) em relação à discussão sobre o repasse de contribuição sindical, ainda que de servidores públicos regidos pelo regime estatutário, a competência para processar e julgar as demandas é, pela natureza do litígio, da competência da Justiça do Trabalho.

(E) compete à Justiça Comum processar e julgar causas ajuizadas contra entidades de previdência privada e contra o empregador, nas quais se pretenda obter complementação de aposentadoria e os reflexos de verbas trabalhistas nas respectivas parcelas de contribuições para a entidade de previdência privada.

44. Como a finalidade da prova é a formação do convencimento do juiz, o objeto da prova é a alegação de fato. No entanto, para que possa ser objeto de prova, o fato a ser provado, seja por meio de prova testemunhal, documental, ou por prova pericial, precisa ser, além de pertinente e relevante,

(A) indeterminado, incontroverso e não ter, em relação a ele, presunção de veracidade.

(B) determinado, incontroverso e em cujo favor não milite presunção legal de existência.

(C) determinado, incontroverso e presumido.

(D) indeterminado, incontroverso e notório.

(E) determinado, controverso e não notório.

45. O recurso de revista insere-se na categoria dos recursos de natureza extraordinária, sendo, portanto, um recurso de âmbito restrito, que tem por finalidade uniformizar a jurisprudência, a interpretação e a aplicação das leis e da Constituição Federal. De acordo com o entendimento sumulado do TST a respeito do recurso de revista,

(A) em caso de omissão apontada no seu julgamento, devem ser opostos embargos para a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, sob pena de preclusão.

(B) a sua admissibilidade por violação tem como pressuposto a indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição supostamente violado.

(C) em se tratando de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive em embargos de terceiro, incabível esse tipo de recurso em caso de divergência jurisprudencial, sendo sua admissibilidade dependente da demonstração inequívoca de violência direta à lei ou à Constituição Federal.

(D) não é admitida sua interposição de forma adesiva, já que no processo do trabalho o recurso adesivo somente é cabível nas hipóteses de interposição de recurso ordinário e de agravo de petição.

(E) o seu conhecimento, quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, supõe a indicação de violação do art. 795 da CLT, do art. 832 da CLT, do art. 489 do CPC e, ainda, do art. 93, IX da CF.

Noções de Direito Previdenciário

46. Fernanda e Jurandir estão estudando o ponto sobre Assistência Social e, de acordo com a Lei nº 8.212/1991,

(A) a organização da Assistência Social obedecerá às diretrizes de descentralização político-administrativa.

(B) na Assistência Social, a União Federal centraliza a coordenação dos programas, a distribuição dos recursos, bem como a execução dos programas, não havendo descentralização político-administrativa aos Estados, Municípios e às entidades beneficentes de assistência social.

(C) são objetivos da Assistência Social a proteção à família e à maternidade, excluindo-se a proteção à infância e à velhice, que serão objeto de outros ramos da Seguridade Social.

(D) não está prevista a participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.

(E) são objetivos da Assistência Social a proteção à família, à maternidade e à infância, excluindo-se a proteção à velhice, que será objeto de outros ramos da Seguridade Social.

47. Maria está estudando para um concurso público e, ao deparar-se com a Lei Complementar nº 108/2001, que dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, verificou que no tocante à estrutura organizacional das entidades de previdência complementar, a mesma é constituída de:

(A) conselho deliberativo, conselho jurídico e diretoria-executiva.

(B) conselho jurídico, conselho contábil e diretoria-executiva.

(C) conselho fiscal e diretoria-executiva, somente.

(D) conselho deliberativo e conselho fiscal, somente.

(E) conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

48. Amanda é empregada doméstica e deu à luz seu primeiro filho. Na data, registravam-se doze contribuições para o Regime Geral da Previdência Social. Nesse caso, de acordo com a Lei nº 8.213/1991, para o recebimento do salário-maternidade:

(A) Amanda já cumpriu o período de carência de 6 meses, razão pela qual receberá o benefício.

(B) não há previsão legal de recebimento deste benefício para as empregadas domésticas.

(C) Amanda já cumpriu o período de carência de 12 meses, razão pela qual receberá o benefício.

(D) não há período de carência para a empregada doméstica, razão pela qual Amanda receberá o benefício.

(E) Amanda só teria direito ao benefício se tivesse contribuído com 18 parcelas, que é o período de carência.

49. Quanto ao salário-família, nos termos da Lei nº 8.213/1991, considere:

I. Será devido, mensalmente, ao segurado empregado, inclusive o doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos e equiparados.

II. São equiparados ao filho o enteado e o menor tutelado, mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica.

III. Receberão o valor da cota do salário-família, de acordo com sua remuneração mensal, apenas quem tiver filhos ou equiparados de até 14 anos de idade, não havendo outra possibilidade para seu recebimento.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I, II e III.

(E) II e III, apenas.

50. Agenor trabalha como Chefe de Almoxarifado na Metalúrgica XY Ltda. Sofreu acidente do trabalho quando uma caixa com ferramentas pesadas caiu em seu braço, tendo que se submeter a cirurgia e afastamento do emprego por dois meses, recebendo auxílio-acidente do INSS. Quando obteve alta médica, Agenor foi comunicado pela empresa que estava sendo dispensado injustamente. Diante dessa situação hipotética e de acordo com a legislação vigente,

(A) a dispensa somente é válida se for atestada por Médico do INSS ou Médico do Trabalho a capacidade laboral total de Agenor.

(B) Agenor pode ser dispensado, uma vez que somente em caso de doença, sem nexo causal com o trabalho, é que há obrigatoriedade de manutenção de seu contrato de trabalho.

(C) Agenor não pode ser dispensado, pois goza de estabilidade provisória no emprego pelo período de doze meses, após a alta médica.

(D) a dispensa é válida, pois o acidente de trabalho não acarretou a aposentadoria por invalidez de Agenor, hipótese em que a dispensa não é possível.

(E) Agenor não pode ser dispensado, pois goza de estabilidade provisória no emprego pelo período de dezoito meses, após a alta médica.

Noções de Administração e Gestão

51. Entre as principais metodologias aplicadas pelas organizações públicas e privadas no âmbito do planejamento estratégico e gestão de desempenho, destaca-se o *Balanced Scorecard* – BSC, a qual

(A) utiliza o diagrama de Pareto como referencial gráfico dos pontos fortes e fracos da organização e das etapas a serem percorridas para os aprimoramentos indicados.

(B) utiliza o mapa estratégico como ferramenta para integrar as perspectivas dos clientes, dos processos internos, do aprendizado e crescimento, e financeira, visualizando relações de causa e efeito.

(C) tem como escopo a definição da missão da organização, correspondente aos resultados intangíveis obtidos a partir do atingimento das metas estabelecidas no planejamento estratégico.

(D) apresenta dificuldades para a sua plena aplicação em organizações públicas, dada a ênfase na perspectiva financeira, que se sobrepõe às demais.

(E) também pode ser aplicada como método de avaliação de desempenho, analisando a produtividade da equipe a partir das perspectivas tempo de execução e qualidade dos *outputs*.

52. A adoção da Curva ABC para planejamento e controle de estoques implica

(A) identificar as principais variáveis críticas para o controle e reposição de estoques, sendo as variáveis A as mais relevantes: custo de aquisição (peso 80) e prazo de entrega (peso 20).

(B) alocar os itens de estoque em diferentes categorias a partir do histórico de uso e reposição, independentemente da relevância em termos de custo e demanda dos clientes.

(C) alocar os itens em categorias (A, B e C) considerando os de maior e menor relevância em termos de giro de estoque, calculado a partir de uma curva de probabilidade de escassez.

(D) eleger as 3 categorias de itens de estoque com maior rotatividade e, consequentemente, que demandam maior prontidão na reposição.

(E) alocar na categoria A os itens com maior valor, considerando que tais itens correspondem a 20% do estoque total, mas representam 80% do faturamento.

53. Considere que determinada organização tenha iniciado a implantação de um modelo de gestão por competências, iniciando pela etapa de mapeamento de competências. De acordo com os preceitos predicados pela doutrina para tal metodologia, a referida fase de mapeamento

(A) resulta no ranqueamento dos profissionais da organização por nível de aptidão técnica, identificando aqueles que devem ser desligados.

(B) é voltada à identificação de colaboradores com perfil de liderança, posteriormente escolhidos para postos-chave na organização.

(C) busca, no mercado, os profissionais mais preparados para o desempenho das atividades estratégicas da organização.

(D) objetiva a identificação do perfil técnico e comportamental desejável para cada cargo ou função da organização.

(E) mensura o nível de competência técnica dos colaboradores da organização e identifica as lacunas ("gaps") a serem preenchidas.

54. Considere que, em um processo de seleção de pessoal, o responsável pretenda valer-se de ferramentas para a identificação do perfil profissiográfico para a posição a ser preenchida. Para tanto, poderá utilizar

(A) requisição de pessoal, aplicável quando não é possível a seleção externa e busca, na própria organização, do profissional mais apto possível para o cargo.

(B) incidentes críticos, que correspondem ao mapeamento de seleções malsucedidas, buscando evitar novos equívocos.

(C) hipótese de trabalho, que resulta em uma previsão aproximada do conteúdo do cargo, sendo útil quando se trate de cargo novo na organização.

(D) descrição do cargo, que corresponde ao levantamento dos aspectos extrínsecos do cargo, em especial as habilidades exigidas para o ocupante.

(E) análise do cargo, consistente na identificação dos aspectos intrínsecos do cargo: tarefas, atribuições e responsabilidades inerentes à posição.

55. Em um processo de gestão de desempenho, podem ocorrer distorções no processo de avaliação de desempenho dos colaboradores, entre os quais o denominado "efeito HORN", que se apresenta

(A) com excessivo apego do avaliador por comportamentos recentes ou extremos do avaliado, levando em conta apenas os dados de sua memória (subjetivos) e não aspectos objetivos e mensuráveis.

(B) como uma forma corrompida de avaliação, em que vínculos pessoais e interesses do próprio avaliador maculam os resultados apresentados.

(C) na forma de comportamento leniente do avaliador, que não aplica de forma acurada os métodos de avaliação, distorcendo os resultados obtidos.

(D) como extrapolação de uma avaliação extremamente positiva de uma característica do avaliado para o resultado final da avaliação, desconsiderando ou anulando os pontos negativos do avaliado.

(E) com o nivelamento da avaliação a partir de um aspecto negativo do avaliado, ou seja, uma generalização da avaliação negativa de um determinado aspecto para todos os demais.

56. A ferramenta de gestão denominada OKR – Objectives and Key Results possui como característica relevante

(A) o estabelecimento de resultados-chave para cada objetivo, os quais devem ser desafiadores e objetivamente mensuráveis em um gradiente de 0 a 100%.

(B) a escolha de, no máximo, 3 objetivos-chave para alinhar a estratégia da organização com todos os seus colaboradores.

(C) a escolha de colaboradores-chave que, juntamente com os gestores e líderes, devem fomentar a persecução de objetivos estratégicos e motivar a equipe.

(D) a necessidade de prévia identificação da chave ou missão da organização, e que se traduz em meta a ser perseguida por todos os seus integrantes.

(E) uma abordagem flexível e customizável para as metas e indicadores que integram o planejamento estratégico, evitando métricas quantitativas.

57. Conforme estabelecido pelo Referencial Básico de Governança Organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (3ª edição), a Governança envolve diversos preceitos e boas práticas, entre as quais a denominada *accountability*, que

(A) consiste em ações de *compliance* voltadas à observância de regras de conformidade, legalidade e *standars* éticos no âmbito das organizações.

(B) não se resume à simples transparência, demandando que o gestor justifique suas ações do ponto de vista da gestão de recursos públicos e seja responsabilizado pelos resultados decorrentes.

(C) se aplica para a gestão de riscos, com as etapas de identificação, mensuração, análise de impacto e de probabilidade, e, por fim, medidas de mitigação ou alocação.

(D) é sinônimo de orçamento por resultados, no qual os recursos públicos só podem ser alocados para ações anteriormente mensuradas.

(E) representa um conceito contemporâneo que supera a eficácia e a eficiência, correspondendo aos resultados tangíveis apropriados pela sociedade.

58. Suponha que determinada organização pretenda aplicar, para gestão de seus projetos, as boas práticas estabelecidas no Guia PMBOK, publicado pelo PMI (*Project Management Institute*). Para tanto, deverá considerar, entre outros conceitos, a

(A) indicação de um gerente de projetos para atuar na organização centralizando o gerenciamento dos projetos de todas as áreas.

(B) figura do projeto modelo, estruturado a partir de *benchmarks* do setor, e a partir do qual os processos da organização devem ser adaptados.

(C) construção de um fluxograma de acordo com os *inputs* e *outputs* de cada processo, utilizando uma matriz PERT.

(D) classificação dos processos segundo a fase em que se encontrem: iniciação; planejamento; execução; monitoramento e encerramento.

(E) divisão dos processos da organização, segundo a etapa do ciclo de vida correspondente, em: emulados, padronizados e otimizados.

59. A evolução dos modelos de gestão de pessoas ao longo dos anos indica um movimento de descentralização em que a denominada função de *staff* corresponde

(A) às atribuições de assessoria e consultoria do órgão central de RH, que orientam e apoiam os gestores que detêm a autoridade de linha em relação às suas equipes.

(B) ao papel de controle e normatização anteriormente detido com exclusividade pelo órgão central de RH e que passa a ser compartilhado com áreas operacionais da organização.

(C) à atividade de gerenciamento de pessoal, de cunho operacional, remanescente em setores da organização inicialmente não vocacionados para atuação estratégica.

(D) ao papel dos gerentes e gestores de projetos, que possuem a responsabilidade de gerenciar e apoiar os recursos humanos que lhes sejam alocados.

(E) ao apoio de consultorias externas especializadas ou pessoal terceirizado para atividades de gestão de RH, ficando a cargo da equipe interna apenas as funções estratégicas e normativas.

60. Suponha que determinada organização pública esteja utilizando como ferramenta em um processo de planejamento estratégico uma Matriz Swot. A partir de tal utilização, identificam-se e relacionam-se na referida matriz, entre outros aspectos,

(A) a missão da organização e as ações necessárias para seu atingimento e mensuração.

(B) as etapas críticas nos processos de trabalho existentes na organização (*bottlenecks*).

(C) as ameaças e oportunidades presentes no cenário externo em que se encontra inserida.

(D) as metas estratégicas e os indicadores de resultado de curto e longo prazo.

(E) os projetos prioritários da organização, seus valores e sua visão de futuro.

DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado [...] *Capítulo 10.* [...] *10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.10 do referido Edital.* [...] *10.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 do referido Edital. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez). 10.9.1 Para os candidatos que concorrem às vagas de ampla concorrência e/ou vagas para deficientes considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido* ***nota igual ou superior a 6,00 (seis)****. 10.9.2 Para os candidatos autodeclarados pretos ou pardos, de acordo com a Resolução nº 516/2023 do CNJ, considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, conforme item 10.9.1 do referido Edital. 10.9.2.1 Restará habilitado o candidato preto ou pardo que obtiver* ***nota igual ou superior a 4,80 (quatro vírgula oitenta)****.*

I

O modelo tradicional de trabalho vem passando por mudanças consideráveis devido a diversos fatores, tais como o aumento da competitividade em nível global e nacional; a inserção de jovens, considerados nativos digitais no mundo dos negócios; e a flexibilização da legislação trabalhista. Mas não era previsto, tampouco imaginável, que um evento como a pandemia de Covid-19 pudesse acelerar, intensamente e em curto período, a adoção do home office, *formato de trabalho ainda tão pouco praticado no Brasil.*

II

É preciso investigar a efetividade do home office *e os efeitos dessa modalidade a partir de outros constructos dos recursos humanos, como desempenho, comprometimento e carreira.*

(**I** e **II** adaptados de: HARTMANN, Sylvia Sampaio. **Práticas de gestão de recursos humanos e o trabalho em home office e híbrido**. Dissertação de mestrado: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2022)

III

A Lei nº 14.442/2022 passou a prever a possibilidade do trabalho híbrido, que, por sua vez, pode ser regrado pelas normas relativas ao teletrabalho ou ao trabalho presencial, a depender da previsão contratual.

(Trecho retirado de artigo de opinião disponível em: **novoconjur.com.br**. SILVA, Mariana dos Anjos Ramos Carvalho e; PEREIRA, Amanda de Lima ; CAMPOS, Kelly de Amorim)

Relacionando as ideias apresentadas em **I**, **II** e **III**, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo em que você defenda um ponto de vista a respeito das ideias expostas.

DISCURSIVA-REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

VA NESTE ESPAÇO